

AJ14962

LEI NÃO É CUMPRIDA O PERCENTUAL MÍNIMO EXIGIDO NÃO FOI APLICADO

# Oito municípios deixam de usar R\$ 6 milhões na área de Saúde

## Outras 19 cidades não prestaram contas e podem perder verba de convênios

### MICHELLY LAUER

Oito municípios deixaram de aplicar R\$ 6.297.281,00 na Saúde em 2003. Segundo o Ministério da Saúde, foi descumprida a **Emenda Constitucional 29**, que obriga es-

■ Estados, Distrito Federal e os municípios devem aplicar, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, um percentual mínimo de recursos da arrecadação dos im-

Congresso Nacional.

Além dos oito municípios que aplicaram menos dinheiro na saúde local, outros 19 não enviaram, em 2004, a prestação de contas de 2003, conforme informações que constam no Siops até o último dia dez.

Essas 19 cidades podem ficar inadimplentes, caso não prestem as contas referentes àquele ano e ao de 2004 até

Vitória (ES), quinta-feira  
27 de janeiro de 2005  
Editora: Sandra Aguiar  
saguiar@redegazeta.com.br  
Tel.: 3321-8446

## Quanto valem R\$ 6 milhões na Saúde?

Confira os comparativos dos possíveis gastos com este valor



## Outras 19 cidades não prestaram contas e podem perder verba de convênios

### MICHELLY LAUER

Oito municípios deixaram de aplicar R\$ 6.297.281,00 na Saúde em 2003. Segundo o Ministério da Saúde, foi descumprida a **Emenda Constitucional 29**, que obriga estados e municípios a investirem um percentual mínimo de suas arrecadações em ações nessa área.

Estão nessa lista Vitória, Cariacica, Guarapari, Santa Leopoldina, Colatina, Iconha, Irupi e Bom Jesus do Norte.

A partir de 2004, esse percentual ficou em 15% para municípios e 12% para os estados. Até 2003, a emenda definia um índice mínimo de investimento para cada município.

Assim, Vitória, cujo valor de aplicação em 2003 era 13.41%, aplicou 12.33%; Cariacica, que deveria aplicar 11.80%, aplicou 10.80%; Guarapari, que deveria aplicar 13.58%, aplicou 13.08%; Santa Leopoldina, que deveria aplicar 14.33%, aplicou 11.82%; Colatina, que deveria aplicar 15%, aplicou 12.97%; Iconha, que deveria aplicar 12.66%, aplicou 3.98%; Irupi, que deveria aplicar 15%, aplicou 13.85%; e Bom Jesus do Norte, que deveria aplicar 15%, aplicou 12.07%.

■ *Estados, Distrito Federal e os municípios devem aplicar, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, um percentual mínimo de recursos da arrecadação dos impostos. Os municípios deveriam atingir 15% de investimento na área até 2004. Já para estados e o Distrito Federal o percentual previsto é de 12%. Para chegar a isso, foi fixado um cronograma gradual de aumento dos repasses para a Saúde a partir de 2000, quando a emenda entrou em vigor estipulando inicialmente o percentual mínimo de 7% de investimento.*

Os dados foram fornecidos pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops), do Ministério da Saúde.

### Punição

De acordo com o Siops, está sendo estudada uma forma de penalizar os municípios que não cumpriram a meta estipulada, já que a Emenda Constitucional 29, embora esteja sendo aplicada, ainda não foi regulamentada. A legislação está em discussão no

Congresso Nacional.

Além dos oito municípios que aplicaram menos dinheiro na saúde local, outros 19 não enviaram, em 2004, a prestação de contas de 2003, conforme informações que constam no Siops até o último dia dez.

Essas 19 cidades podem ficar inadimplentes, caso não prestem as contas referentes àquele ano e ao de 2004 até o próximo dia 30, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

### Sem verbas

Estar nessa condição significa não conseguir verbas da União, as chamadas despesas voluntárias, para assinar quaisquer tipo de convênios, inclusive em outras áreas, não só na Saúde.

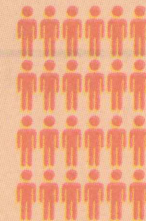
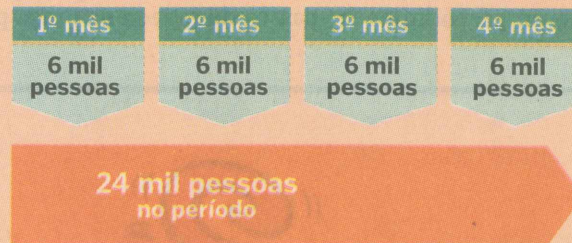
Isso acontece porque o sistema informatizado com a prestação de contas das cidades e estados é verificado pela Secretaria de Tesouro da União (STN) para liberar recursos.

Os dados de 2004 também devem ser enviados por todos os demais municípios do Estado até o dia 30, sob pena de serem considerados inadimplentes e sofrerem a mesma penalidade.

O Siops informou, ainda, que o problema não é exclusividade dos municípios: o Estado também não prestou contas dos anos de 2003 e 2004.

3

Também é possível cobrir o custo com atendimento no Hospital São Lucas por um período de quatro meses, atendendo, em média, seis mil pessoas por mês



Fonte: Secretaria de Estado da Saúde (Sesa)

A Gazeta - Ed. de Arte - Genildo

# Prefeituras alegam diferenças na contabilidade da verba

## Os secretários de Saúde contestam os dados apresentados pelo Governo federal

Os ex-secretários de saúde de Vitória e Cariacica e o atual secretário de Colatina discordam dos dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops) e se defendem garantindo que os índices mínimos previstos pela Emenda Constitucional 29 foram cumpridos em 2003.

Eles alegam que o Siops utiliza outra base de cálculo, e que o sistema não foi "alimentado" com valores reais da prestação de contas.

O ex-secretário de saúde de Vitória, Luciano Rezende, assegurou que não houve prejuízos no setor porque o percentual aplicado foi de 14.03% e não 12.33%, conforme informou o Siops.

O atual secretário de Saúde, Luiz Carlos Reblin, disse que o percentual de 15%, aplicado em 2004, será mantido.

A secretária de Saúde de Cariacica na época, Estephânia Nogueira, discordou do índice

de 10.80% do Siops. "Gastou-se mais de 15% com recursos próprios na Saúde. Os dados do Siops precisam ser revisados." No entanto, o atual secretário de Saúde do município, Célio Capila, disse que projetos deixaram de ser feitos em 2004 por falta de verbas, como a construção de unidades de saúde, pois não foram prestadas contas de convênios firmados.

O atual secretário de Saúde de Colatina, José Tadeu Marino, afirmou que o município vem investindo 15% na área desde 2000 e que em 2003 o percentual foi de 17.05%, e não 12.97%.

O secretário de Saúde de Guarapari e o prefeito de Santa Leopoldina, Cláudio Gianórdoli Teixeira e Fernando Rocha, respectivamente, relataram que desde 2004 o compromisso está sendo trabalhar com a meta dos 15%.

Em Iconha, a secretária de Saúde, Marlene Barbosa Machado, justificou que encontrou a pasta desorganizada e não tinha informações para passar. O secretário de Saúde de Bom Jesus do Norte, Ademir Pimentel, está viajando e não foi localizado pela reportagem, que também não conseguiu contato com a prefeitura de Irupi.

### QUEM NÃO PRESTOU CONTAS

- Água Doce do Norte
- Alfredo Chaves
- Aracruz
- Atílio Vivácqua
- Baixo Guandu
- Boa Esperança
- Cachoeiro de Itapemirim
- Divino de São Lourenço
- Fundão
- Ibatiba
- Itaguaçu
- Itapemirim
- Marataízes
- Pancas
- Pedro Canário
- Piúma
- Santa Teresa
- São José do Calçado
- São Mateus

■ **Fonte:** Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops), dados referentes ao último dia 10

### O QUE DEIXOU DE SER APLICADO

Município	Percentual previsto	Valor não aplicado
Vitória	13.41%	R\$ 3.900.225
Cariacica	11.80%	R\$ 597.051
Guarapari	13.58%	R\$ 169.964
Santa Leopoldina	14.33%	R\$ 183.641
Irupi	15%	R\$ 64.182
Iconha	12.66%	R\$ 501.593
Colatina	15%	R\$ 754.163
Bom Jesus do Norte	15%	R\$ 126.462

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops)